



ESTADO DE MINAS GERAIS
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS
Centro de Suprimento e Manutenção

Versão v.20.09.2020.

Processo SEI nº 1400.01.0046363/2020-71

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2020 COM CARÁTER EMERGENCIAL
PROCESSO DE COMPRA Nº 1401269000152/2020

Fornecimento de Bens Comuns

Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote
Modo de disputa: Aberto/Fechado

Licitação com Lotes exclusivos para ME, EPP e equiparados, para os benefícios do Decreto Estadual nº 47.437/2018 e Lei Complementar nº 123/2006.

Objeto: O presente Edital tem por objeto o **PREGÃO ELETRÔNICO, EM CARÁTER EMERGENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para **AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19, EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA UTILIZAÇÃO NO COMBATE AO COVID-19**, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

EDITAL

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DO CREDENCIAMENTO
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
7. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO
8. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS
9. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO
10. DOS RECURSOS
11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
14. DA CONTRATAÇÃO
15. DA SUBCONTRATAÇÃO

16. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO
17. DO PAGAMENTO
18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
19. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA FORNECIMENTO DE BENS

ANEXO DE EDITAL III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO DE EDITAL IV - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO DE EDITAL V - AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) torna pública a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, no modo de disputa ABERTO/FECHADO, em sessão pública por meio do site www.compras.mg.gov.br, visando a **AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA UTILIZAÇÃO NO COMBATE AO COVID-19**, sendo regido, PRINCIPALMENTE, nos termos da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, alterada pela Medida Provisória nº 929/2020, e o Decreto Estadual 113/2020, que declarou a **SITUAÇÃO DE EMERGENCIA em saúde pública no ESTADO DE MINAS GERAIS**, o Decreto Estadual nº 47.891/2020, e ainda: na Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, na Lei Estadual nº 14.167, de 10 de Janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020 .

Este pregão será amparado também pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, nº 20.826, de 31 de julho de 2013, pelos Decretos Estaduais nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, nº 47.437, de 26 de junho de 2018, nº Decreto 47.524, de 6 de novembro de 2018, nº 37.924, de 16 de maio de 1996, Lei Complementar nº 54, de 13/12/1999, pelas Resoluções SEPLAG nº 13, de 07 de fevereiro de 2014 e nº 93, de 28 novembro de 2018, pelas Resoluções Conjuntas SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003 e nº 8.898, de 14 de junho 2013, pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho 2016, aplicando-se subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante e inseparável para todos os efeitos legais.

1.1. O pregão será realizado pelo Pregoeiro **Samuel** Antônio da Silva, 2º Ten BM, (BI 03/2020), que em sua impossibilidade será substituído por um dos Pregoeiros Cristiano **Vieira** da Silva, 2º Ten BM, **André Luiz** Silva, 3º Sgt BM, sendo ambos designados por meio do BGBM nº 44, publicado em 29 de outubro de 2020, e ainda pela Equipe de Apoio constituída pelos seguintes servidores: Cap BM **Miguel** Ângelo Leite Teixeira , 1º Ten BM **Alexsander** de Amorim Andrade, 2º Ten BM **Lucas** Martins **Faria**, todos designados pelo BI nº 03, de 20 de janeiro de 2020, do CSM.

1.2. A sessão de pregão terá início no dia **23 de Novembro de 2020, às 09 (nove) horas**. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.3. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: www.compras.mg.gov.br.

2. OBJETO:

2.1. A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA UTILIZAÇÃO NO COMBATE AO COVID-19**, conforme

especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

3.1. Os pedidos de esclarecimentos e os registros de impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 01 (um) dia útil anterior à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site <http://www.compras.mg.gov.br/>, com a devida redução de prazo dada pelo art. 4ºG da Lei Federal nº 13.979/2020.

3.1.1. Os pedidos de esclarecimento e registros de impugnação serão realizados, em caso de indisponibilidade técnica ou material do sistema oficial do Estado de Minas Gerais, alternativamente, via e-mail: dlf.gol@bombeiros.mg.gov.br, observado o prazo previsto no item 3.1.

3.1.2. É obrigação do autor do pedido de esclarecimento ou do registro de impugnação informar ao CBMMG a indisponibilidade do sistema.

3.2. O pedido de esclarecimentos ou registro de impugnação pode ser feito por qualquer pessoa no Portal de Compras na página do pregão, em campo próprio (acesso via botão “Esclarecimentos/Impugnação”).

3.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

3.2.2. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes as solicitações.

3.2.3. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, tipo (esclarecimento ou impugnação), data de envio e sua situação.

3.2.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a situação da solicitação alterar-se-á para “concluída”.

3.3. O pregoeiro responderá no prazo de 1 (um) dia útil, contados da protocolização, considerando a devida redução de prazo dada pelo art. 4ºG da Lei Federal nº 13.979/2020, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.4. Acolhida a impugnação, será sanada a irregularidade apontada e designada nova data para a realização do certame, se for o caso.

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.

3.9. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

3.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

4. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF.

4.1.1. A participação nos lotes 3, 6, 10 e 14 da presente licitação é limitada a licitantes enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018;

4.1.1.1. Para fins de comprovação do porte do fornecedor deverá ser observado o disposto no item 5.6 deste edital.

4.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

4.3. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

4.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

4.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

4.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.3.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

4.4. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR** as empresas que:

4.4.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

4.4.2. Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.4.3. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.4.4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

4.4.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

4.4.7. Estiverem inclusas em uma das situações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.4.8. Empresas reunidas em consórcio.

4.5. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará, no momento de cadastramento de sua proposta, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.1.1. Alternativamente ao campo disposto no item 4.6.1, que, para fins de obtenção do tratamento diferenciado e simplificado de que trata a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e o artigo 15 da Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013, registra que possui restrição no (s) documento (s) de regularidade fiscal, com o compromisso de que irá promover a sua regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação, conforme determina o inciso XIII do art. 9º da Lei Estadual nº 14.167/2002.

4.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.7. Além das declarações prestadas via sistema, o licitante deverá anexar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações constantes do anexo III do Edital:

4.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

4.7.2. que está ciente das condições contidas no Edital e seus anexos;

4.7.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.7.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5. DO CREDENCIAMENTO:

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico o fornecedor deverá credenciar-se, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, por meio do site www.compras.mg.gov.br, na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 01 (um) dia útil antes da data da sessão do Pregão.

5.1.1. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.4. O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.1. O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

5.5. Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no site www.compras.mg.gov.br ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br, com horário de atendimento de Segunda-feira à Sexta-feira das 08:00h às 16:00h.

5.6. O fornecedor enquadrado dentre aqueles listados no subitem 5.3 que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016, deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.

5.6.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF, cuja consulta é pública. Nesse caso os licitantes assinalarão em campo próprio no sistema a opção por utilizar a documentação registrada no CAGEF, não sendo necessário o envio dos documentos que estiverem vigentes.

6.4. Os documentos que constarem vencidos no CAGEF e os demais documentos exigidos para a habilitação, que não constem do CAGEF, deverão ser anexados em até 5 arquivos de 20 Mb cada.

6.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.10. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão. O licitante deverá enviar sua

proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.10.1. Valor unitário e total do item;
 - 6.10.2. Marca;
 - 6.10.3. Modelo;
 - 6.10.4. Anexar em PDF arquivo contendo especificações do objeto, bem como outras informações pertinentes;
 - 6.10.5. Devem ser anexadas informações para a avaliação da proposta inicial constante de folder, catálogo, fichas técnicas ou outros documentos que comprovem que os materiais ofertados atendem às especificações técnicas solicitadas no edital;
 - 6.10.6. Conforme alerta durante o cadastramento da proposta, não é permitido vincular arquivo(s) que contenha(m) qualquer tipo de identificação do fornecedor.
- 6.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- 6.12. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, valor do frete até o destino indicado pela Contratante, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.
- 6.12.1. Deverá ser apresentada planilha que expresse a composição de todos os custos unitários do itens envolvidos em cada lote do presente certame.
 - 6.12.2. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.
- 6.13. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais que forem isentos do ICMS, conforme dispõe o Decreto nº 43.080, de 2002, deverão informar na proposta, conforme anexo presente no Portal de Compras, os valores COM e SEM ICMS que serão classificados conforme itens abaixo.
- 6.13.1. Os fornecedores mineiros deverão informar nas propostas enviadas, pelo sistema eletrônico, as informações relativas ao produto e ao preço resultante da dedução do ICMS, conforme Resolução conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003, alterada pela Resolução conjunta SEPLAG/SEF nº 4.670, de 5 de junho de 2014.
 - 6.13.2. A classificação das propostas, etapa de lances, o julgamento dos preços e a homologação serão realizados a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.
 - 6.13.3. Os fornecedores mineiros não optantes pelo Simples Nacional farão suas propostas conforme as disposições contidas nos subitens 6.14.1. e 6.14.2.
 - 6.13.4. O disposto nos subitens 6.14.1 e 6.14.2. não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.
 - 6.13.5. Os fornecedores mineiros de que trata o subitem 6.14.4 deverão anexar às suas propostas comerciais a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.
 - 6.13.6. O fornecedor mineiro isento de ICMS , caso seja vencedor, deverá enviar, quando solicitado pelo Pregoeiro, via chat, após a negociação, sua proposta comercial assinada e atualizada com os valores finais ofertados durante a sessão deste Pregão, informando na proposta, além do preço resultante da dedução do ICMS, o preço com ICMS.

7. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO:

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, preservado o sigilo do licitante, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os

requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A análise da proposta que trata o item anterior é uma análise prévia, e não poderá implicar quebra de sigilo do fornecedor, bem como não exime a Administração da verificação de sua conformidade com todas as especificações contidas neste edital e seus anexos, quando da fase de aceitabilidade da proposta do licitante detentor do menor preço para cada lote.

7.2.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.3.1. Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes, bem como todas as mensagens trocadas no "chat" do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

7.3.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7. Não será exigido intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto/fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos na etapa aberta de lances, e na etapa fechada, os lances serão sigilosos, pelo próprio sistema.

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

7.10. Encerrado o período previsto no subitem 7.9, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente, determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.11. Após a finalização do tempo descrito no subitem 7.10, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores à de valor mais baixo possam ofertar um lance final fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste período.

7.12. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de mais três, poderão oferecer um lance final fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.13. Não havendo lance final fechado classificado nos termos dos subitens 7.11 e 7.12, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de mais três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observada, após esta etapa, a ordenação dos lances conforme sua vantajosidade.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele

que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, com exceção da etapa fechada, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. **Do empate ficto**

7.19.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.

7.19.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. **Do empate real**

7.20.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.20.2.1. no país;

7.20.2.2. por empresas brasileiras;

7.20.2.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.20.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, via chat, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.21.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.23. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela Administração, observado o disposto no § 3º do art. 4ºE da Lei nº 13.979/20.

7.24. O Pregoeiro deverá justificar nos autos eventual aceitação de proposta ou lance superior ao estimado, nos termos do art. 4º-E §3º da Lei nº 13.979/2020

7.25. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

7.25.1. O critério de julgamento será o de menor preço por lote, apurado de acordo com o Anexo II - Proposta Comercial.

7.25.1.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, para todos os fins aqui dispostos, que não atender às exigências fixadas neste Edital, contenha vícios insanáveis, manifesta ilegalidade ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.

7.25.1.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.25.1.2.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.25.1.2.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.25.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.25.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, doze horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.25.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 01 (uma) hora, sob pena de não aceitação da proposta.

7.25.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.25.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.25.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.25.6.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.25.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.25.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço global nem dos unitários.

8. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:

8.1. Será exigida a apresentação de amostra apenas para o objeto descrito no item 8.1 do anexo I deste Edital, ficando os demais dispensados de apresentação de amostra.

9. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO:

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) CAGEF - Cadastro Geral de Fornecedores, acessível pelo site <https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul>;

b) CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais, acessível pelo site <http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do>;

c) CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos, acessível pelo site <https://www.fornecedores2.mg.gov.br/portalcompras/fornecedoresimpedidoscon.do>;

d) Lista de Inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do CAGEF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto no Decreto nº 47.524/2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista nesse edital mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no CAGEF até 1 (um) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CAGEF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2.1. Caso as comprovações constantes do CAGEF vençam entre a data de envio da documentação concomitante ao cadastro da proposta e o momento da verificação da habilitação, deverá ser solicitado pelo pregoeiro ao licitante o envio da documentação atualizada, por meio de documentação complementar via sistema.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 48.012/20.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (uma) hora, sob pena de inabilitação.

9.4. A apresentação de documentos físicos originais somente será exigida se houver dúvida quanto à integridade do arquivo digitalizado.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.7.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais constantes no Anexo II - Proposta Comercial e das declarações constantes no Anexo III - Modelos de Declarações.

9.7.1.1. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

9.7.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

9.7.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

9.7.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da

diretoria em exercício;

9.7.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.7.6. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.7.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda -CNPJ;

9.8.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

9.8.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual sede do licitante, Municipal e perante a Fazenda Estadual de MG;

9.8.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

9.8.3.2. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser emitida pelo site www.fazenda.mg.gov.br.

9.8.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.

9.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.8.6. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

9.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.10.1. Comprovação de aptidão para efetuar o fornecimento compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Termo de Referência ANEXO a este Edital, por meio da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, vedado o auto atestado, compreendendo os requisitos abaixo relacionados:

9.10.2. Os atestados deverão conter:

9.10.2.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição

emitente (CNPJ, endereço, telefone).

9.10.2.2. Local e data de emissão.

9.10.2.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

9.10.2.4. Período da execução da atividade.

9.10.3. Para atendimento do quantitativo indicado nos subitens do item 9.10.1, é admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.

9.10.3.1. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas as atividades.

9.11. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

9.11.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá utilizá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

9.11.1.1. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

9.11.2. Os documentos exigidos para habilitação serão apresentados no momento do cadastramento da proposta, conforme instruções do Portal de Compras <http://www.compras.mg.gov.br/>, e serão analisados após a classificação das propostas.

9.11.2.1. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos ser juntados ao processo. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

9.11.3. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão conter, de forma clara e visível, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.

9.11.3.1. Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.11.3.2. Se o fornecedor figurar como filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial;

9.11.3.3. Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;

9.11.3.4. Em qualquer dos casos, atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ(MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.11.4. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor, sujeitando-o, eventualmente, às punições legais cabíveis.

9.11.5. Aos beneficiários listados no item 5.3 será concedido prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme

disposto no inciso I do § 2º do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

9.11.5.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.11.5.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

10. DOS RECURSOS:

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de um dia útil para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em mais uma dia útil, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail dlf.gol@bombeiros.mg.gov.br, e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote e seu código de Fornecedor emitido pelo sistema), observado o prazo previsto no item 10.1.

10.3. O acolhimento do recurso apenas terá efeito devolutivo, conforme disposto no § 2º do art. 4ºG da Lei 13.979/2020.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10.5. O RECURSO SOMENTE VALERÁ PARA O LOTE CUJO OBJETO FOI RECORRIDO, exceto quando manifestamente protelatório ou quando o Pregoeiro puder decidir de plano.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para

acompanhar a sessão reaberta.

11.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

12.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor e o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site www.compras.mg.gov.br.

12.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da execução desses serviços, no corrente exercício financeiro correrá por conta das Fontes de Recursos 95 na LOA 2020, nas seguintes dotações orçamentárias:

13.1.1. **1401.10.301.026.1005.0001.339030.95.10**

13.1.2. **1401.10.301.026.1005.0001.339052.95.10**

14. DA CONTRATAÇÃO:

14.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme minuta do Anexo II - Contrato, de acordo com o art. 62 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.1.1. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais -SEI/MG.

14.1.1.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

14.1.1.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail csm.licitacao@bombeiros.mg.gov.br.

14.1.1.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

14.1.1.4. A Subdiretoria de Tecnologia e Sistemas - SDTS, promoverá o cadastro dos usuários externos necessários, mediante solicitação da Seção de Licitação e envio dos documentos necessários.

14.1.2. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

14.1.3. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no momento de assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

14.1.3.1. Feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, o licitante deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no art. 48, §2º, do Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020.

14.2. O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, que se dará através do sistema do Portal de Compras - <http://www.compras.mg.gov.br/>.

14.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

14.4. Os licitantes estarão obrigados a fornecer quantitativos superiores ou inferiores àqueles adjudicados, em função do direito de acréscimo ou supressão de até 50% (cinquenta por cento) conforme o art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO:

15.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento ora ajustado.

16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO:

16.1. Não haverá exigência de garantia financeira da execução para o presente certame.

17. DO PAGAMENTO:

17.1. Para os Órgãos/Entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado de Minas Gerais, o pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

17.1.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

17.1.2. A Administração receberá o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo "visualizador", desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional daNF-e.

17.1.3. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

17.1.4. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

17.1.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC.

17.1.6. Caso o pagamento não seja efetuado dentro do prazo citado no item 16.2, a CONTRATADA deverá manter a prestação do serviço ou o fornecimento de bens em até 90 dias de atraso do pagamento, conforme previsto no inciso XV do artigo 78, da lei 8666/93.

17.2. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

17.3. Para a emissão do empenho em favor de fornecedor, este deverá atender aos níveis II e III de cadastro no CAGEF, conforme § 1º do art. 17 do Decreto Estadual nº 45.902/12.

17.4. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no do Decreto nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por escrito - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

18.1.2. Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

18.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso;

18.1.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

18.1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

18.1.2.4. 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

18.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois)anos;

18.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

18.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

18.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 18.1.1, 18.1.3, 18.1.4,18.1.5.

18.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano

causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

18.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

18.7. As sanções relacionadas nos itens 18.1.3 a 18.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual –CAFIMP e no CAGEF.

18.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

18.8.1. Retardarem a execução do objeto;

18.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

18.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

18.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

18.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização –PAR.

18.10. Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.979/20.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

19.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

19.3. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

19.4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

19.5. O pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6. Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou de prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal ou, ainda, o cumprimento de 1 (um) ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade trabalhista e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do

art. 7º da Constituição Federal, conforme disposto no art. 4º F da Lei Federal 13.979/2020.

19.7. A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.8. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

19.9. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site www.compras.mg.gov.br.

BRUNO BARBOSA DE MENEZES, MAJOR BM
ORDENADOR DE DESPESAS DO CSM

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRAS
08/10/2020	CBMMG	1401269

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA
Nome: Alexsander de Amorim Andrade E-mail: alexsander.andrade@bombeiros.mg.gov.br Ramal para contato:	CSM/ CBMMG

1- OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objeto definir os critérios para Aquisição de Insumos para as ações de Enfrentamento à Pandemia de COVID-19, em caráter EMERGENCIAL para utilização no combate ao COVID-19, em cumprimento ao Ofício CBMMG/SDAL nº. 2469/2020 (19036097), Ofício CBMMG/SDAL nº. 2986/2020 (20981161) e Ofício CBMMG/SDAL nº. 2717/2020 (20193283), conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas nestes documentos.

Ord	Lote	Item	Cód. Item	Qtde	Unid. de Aquisição	Descrição
1	1	1	125628	84.730	Unidade	Máscara N95

2	1	2	1672525	500	Caixa com 100	Luva nitrílica descartável sem pó, azul - P
3	1	3	1672533	1.245	Caixa com 100	Luva nitrílica descartável sem pó, azul - M
4	1	4	1672541	2.700	Caixa com 100	Luva nitrílica descartável sem pó, azul – G
5	1	5	1062816	100	Par	Luvras de proteção Química, tipo nitrílica
6	1	6	1378678	600	Unidade	Imobilizador de cabeça impermeável
7	1	7	1377230	3.000	Unidade	Colar cervical
8	1	8	1377213	600	Unidade	Colar cervical regulável – pediátrico
9	1	9	1229346	4.000	Pacote com 50	Campo operatório
10	1	10	1587218	2.500	Unidade	Lençol impermeável descartável
11	1	11	1764845	3.000	Unidade	Protetor facial - Face shield
12	2	1	646962	8.000	Unidade	Macacão de proteção descartável
13	3	1	1085654	400	Unidade	Macacão de proteção Tychem
14	4	1	1045598	6.400	Unidade	Óculos de proteção
15	5	1	1395572	5.000	bobina 300 m	Plástico filme
16	5	2	238120	4.000	Rolo 50 m	Fita silver tape
17	5	3	57541	5.000	rolo 50 m	Fita adesiva transparente
18	5	4	1252097	13.793	Pct c/ 4 pilhas	pilha AAA (palito)
19	5	5	37834	100	Par	Luvras de PVC.
20	5	6	210684	36	unidade	Bombona de 50 litros
21	6	1	1774930	185	Unidade	Filtro tipo PFF2 para reposição da maca bolha
22	6	2	1774948	1.500	Unidade	Elemento filtrante PFF2 para filtro da maca bolha

23	6	3	1775359	100	Unidade	Filtro químico multigases combinado - poeira, névoas e fumos.
24	7	1	1233688	20	Galão 50 L	Hipoclorito de sódio 12%.
25	7	2	1003810	7.000	1L	Hipoclorito de sódio 1%
26	7	3	1274716	11.000	1L	Peróxido de hidrogênio 10 volumes.
27	7	4	473600	2.000	1 L	Peróxido de hidrogênio 30 volumes
28	8	1	1454315	322	Unidade	Lixeira de 100 L para resíduos
29	8	2	1698540	20	Embalagem - 100 unidades	Saco cor laranja para resíduos químicos
30	8	3	1774964	1.200	Unidade	Pulverizador manual de 2 L
31	8	4	1763369	475	Unidade	Tapete sanitizante
32	9	1	1576690	40	Unidade	Maca bolha
33	10	1	73733	57	Unidade	Pulverizador
34	11	1	1764349	470	Unidade	Mochila Costal
35	12	1	1759957	4	Unidade	Equipamento de desinfecção portátil
36	13	1	1760610	90	Unidade	Eletrodo p/marcapasso/ressincronizador/desfibril - Eletrodo multifuncional reutilizável CPR dura padz; Tipo: adulto reutilizável; Conexão: ZOLL AED Pro.
37	14	1	1786970	1.765	Unidade	Filtro E.P.A para BVM (Bolsa Válvula Máscara) - AMBU

1.1- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1- LOTE 1

1.1.1.1 - Item 01: Máscara N95 - código 125628

1.1.1.1.1 - Descrição: Máscara N95, tamanho único, formato concha; com válvula de exalação, com uma tira de material macio na parte superior interna e uma tira de material metálico na parte superior externa. Fixada por tirantes elásticos. Confeccionada em quatro camadas, camada externa de fibra sintética de polipropileno, camada do meio de fibra sintética estrutural, camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático, camada interna de fibra sintética e antialérgica de contato facial. Embalagem individual, com dados de identificação, data de

fabricação e de validade, número do lote e certificado de aprovação do MTE. Deve atender a norma vigente.

1.1.1.1.2 - Embalada individualmente

1.1.1.1.3 - Apresentação: unidade.

1.1.1.1.4 - Quantidade: 84.730 Unidades.

1.1.1.2 - Item 2: Luva nitrílica P - código 1672525

1.1.1.2.1 - Descrição: Luva nitrílica descartável sem pó, azul - P: luva descartável procedimentos não cirúrgicos - composição: 100% borracha nitrílica; estéril: não; tamanho: P; pó: isenta de pó; formato: ambidestra; textura: texturizada e antiderrapante; apresentação: embalagem 100 unidades;□

1.1.1.2.2 - Apresentação: Caixa c/ 100..

1.1.1.2.3 - Quantidade: 500 Caixas.

1.1.1.3 - Item 3: Luva nitrílica M - código 1672533

1.1.1.3.1 - Descrição: Luva nitrílica descartável sem pó, azul - M: Luva descartável procedimentos não cirúrgicos - composição: 100% borracha nitrílica; estéril: não; tamanho: M; pó: isenta de pó; formato: ambidestra; textura: texturizada e antiderrapante; apresentação: embalagem 100 unidades;□

1.1.1.3.2 - Apresentação: Caixa c/ 100.

1.1.1.3.3 - Quantidade: 1.245 Caixas.

1.1.1.4 - Item 4: Luva nitrílica G - código 1672541

1.1.1.4.1 - Descrição: Luva nitrílica descartável sem pó, azul – G luva descartável procedimentos não cirúrgicos - composição: 100% borracha nitrílica; estéril: não; tamanho: M; pó: isenta de pó; formato: ambidestra; textura: texturizada e antiderrapante; apresentação: embalagem 100 unidades;□

1.1.1.4.2 - Apresentação: Caixa c/ 100.

1.1.1.4.3 - Quantidade: 2.700 Caixas.

1.1.1.5 - Item 5: Luvas de proteção Química, tipo nitrílica - código 1062816

1.1.1.5.1 - Descrição: Luva para segurança - matéria-prima: nitrílica; na cor verde; finalidade: evitar riscos biológicos e químicos; tamanho/cano: tamanho médio / cano longo; tipo: todos os dedos - face palmar antiderrapante. Deve possuir certificado de aprovação, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme norma MT-11/1997. Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, forrada internamente com algodão tipo malha, punho com acabamento reto, face palmar dos dedos e ponta dos dedos antiderrapante.□

1.1.1.5.2 - Embalada individualmente

1.1.1.5.3 - Apresentação: Embalagem contendo par.

1.1.1.5.4 - Quantidade: 100.

1.1.1.6 - Item 06: Imobilizador de cabeça impermeável - Código 1378678

1.1.1.6.1 Descrição: Imobilizador de nuca e cabeça impermeável - matéria-prima: espuma injetada ou borracha; componentes: tirantes de fixação de testa e queixo. Dispositivo reutilizável com função de imobilizar a cabeça e pescoço da vítima de possíveis traumas na região cervical para transporte em prancha longa. Características: composto por uma base para fixação na prancha, apoios laterais de cabeça ajustáveis e tirantes de fixação de testa e queixo reguláveis.

Deverá ser atóxico, impermeável e de fácil higienização. Deverá ser confeccionado em espuma, borracha ou material similar. Os apoios laterais de cabeça deverão conter abertura para verificação e monitoração de saída de líquidos pelos ouvidos, propiciando a imobilização da cabeça em conjunto com o colar cervical. Deverá possuir sistema de fixação dos apoios laterais à base do imobilizador por meio de fita prendedora de ganchos e argolas. O imobilizador deverá ser compatível com os diversos tipos de pranchas existentes no mercado, permitindo a colocação e remoção dos apoios laterais da cabeça, sem a retirada da fixação à prancha.

1.1.1.6.2 - Embalado individualmente

1.1.1.6.3 - Apresentação: Unidade.

1.1.1.6.4 - Quantidade: 600

1.1.1.7 - Item 7: Colar cervical Adulto - Código 1377230

1.1.1.7.1 Descrição: Colar cervical - tipo: regulável; identificação (1): plástico resistente radio translucido; identificação (2): totalmente radiotransparente; indicações: imobilização da cabeça/pescoço; tamanho: grande (g). Equipamento utilizado em emergências pré-hospitalares para imobilização da cabeça e pescoço; deverá ser radio translucido; deverá possuir suporte mentoniano; botões em material plástico resistente radio translucido; abertura frontal suficiente que permita o monitoramento do pulso carotídeo e acesso à traqueia e abertura para palpação e ventilação da nuca; não deverá possuir rebarbas ou cantos vivos; o fechamento deverá ser por meio de velcro.

1.1.1.7.2 Embalado individualmente

1.1.1.7.3 Apresentação: Unidade.

1.1.1.7.4 Quantidade: 3.000 Unidades

1.1.1.8 - Item 8: Colar cervical regulável pediátrico - Código 1377213

1.1.1.8.1 Descrição: Colar cervical pediátrico - tipo: regulável; identificação (1): plástico resistente radio translucido; identificação (2): totalmente radiotransparente; indicações: imobilização da cabeça/pescoço; tamanho: p (pequeno). Equipamento utilizado em emergências pré-hospitalares para imobilização da cabeça e pescoço; deverá ser radio translucido; deverá possuir suporte mentoniano; botões em material plástico resistente radio translucido; abertura frontal suficiente que permita o monitoramento do pulso carotídeo e acesso à traqueia e abertura para palpação e ventilação da nuca; não deverá possuir rebarbas ou cantos vivos; o fechamento deverá ser por meio de velcro.

1.1.1.8.2 Embalado individualmente

1.1.1.8.3 Apresentação: Unidade.

1.1.1.8.4 Quantidade: 600 Unidades

1.1.1.9 - Item 9: Campo Operatório - Código 1229346

1.1.1.9.1 Descrição: compressa para limpeza de material médico - matéria-prima: em tecido absorvente, 100% algodão; tipo: não estéril, sem filamento radiopaco; peso: pesando aproximadamente 25 gramas; dimensões: medindo aproximadamente 45 x 50 cm. Complemento de especificação: compressa na cor branca; no mínimo duas camadas sobrepostas; com amarrações que evitem o deslizamento do material médico; acabamento que evite desfilamento. Embalagem com dados de identificação, data de fabricação, validade, número do lote e registro no MS.

1.1.1.9.2 Apresentação: Pacote com 50 unidades.

1.1.1.9.3 Quantidade: 4.000

1.1.1.10 - Item 10: Lençol impermeável descartável - Código 1587218

1.1.1.10.1 Descrição: lençol de não tecido (TNT), uso hospitalar - tipo: papel crepado branco 25 g/m², 100% celulose virgem; medidas: 90cm de largura x 2 metros; cor branca; para cama; confeccionado em fibras de 100% de celulose virgem, com apresentação de tramas uniformes; resistente a movimentação do paciente no leito, que não se rasgue com facilidade, em papel crepado com gramatura mínima de 25 gr/m².

1.1.1.10.2 Apresentação: Unidade

1.1.1.10.3 Quantidade: 2.500

1.1.1.11 - Item 11: Protetor facial - Face shield - Código 1764845

1.1.1.11.1 Descrição: máscara de proteção - modelo: facial; matéria-prima: acrílico; filtro: não aplicável; classe do filtro: não aplicável; proteção: olhos e vias aéreas superiores; válvula: não aplicável; visor: sem visor; fixação: por elástico ou carneira;

1.1.1.11.2 Embalado individualmente

1.1.1.11.3Apresentação: Unidade

1.1.1.11.4 Quantidade: 3.000

1.1.2- LOTE 2

1.1.2.1 - Item 1: Macacão de proteção descartável - **código** 646962

1.1.2.1.1 - Descrição: Macacão de proteção descartável: macacão de proteção química - matéria-prima: Tyvek; nível de proteção: B, com capuz e fechamento com zíper, costuras termosseladas, elástico nos punhos e tornozelos. Macacão de proteção contra substâncias químicas tóxicas com capacidade de barreira química no grau de proteção do nível B, estabelecido pela EPA (agência de proteção ambiental - usa). Confeccionado em tyvek (fibras entrelaçadas entre si, sem formação uniforme), com costura termosselada, e tratamento antiestático, com abertura frontal em zíper e pala com fita adesiva, elástico nos punhos e tornozelos e capuz com elástico.

1.1.2.1.2 - Embalada individualmente

1.1.2.1.3 - Apresentação: unidade.

1.1.2.1.4 - Quantidade: 8.000 Unidades.

1.1.3- LOTE 3

1.1.3.1 - Item 1: Macacão de proteção Tychem - **código** 1085654

1.1.3.1.1 - Descrição: Macacão de proteção Tychem, roupa de proteção - composição: macacão com capuz com visor; matéria-prima: tychem tk; proteção: nível B;macacão confeccionado em tychem tk, com costura termosselada e tratamento antiestático. Com abertura frontal em zíper, elástico nos punhos e tornozelos e capuz com elástico. O macacão deverá ser totalmente encapsulado e as costuras devem ser termosseladas. O capuz deve conter visor de pvc e acoplado à roupa e apresentar duas saídas de exaustão. O macacão pode ser utilizado com cilindro autônomo de ar ou com ar mandado. As pernas do macacão apresentam dupla proteção, meias internas em forma de botas e aba externa à bota. Proteção nível b. Proteção em operações em que exista risco de derramamento de agentes químicos danosos na forma líquida.

1.1.3.1.2 - Embalada individualmente

1.1.3.1.3 - Apresentação: unidade.

1.1.3.1.4 - Quantidade: 400 Unidades.

1.1.4 - LOTE 4

1.1.4.1 Item 01: Óculos de proteção - código 1045598

1.1.1.1.1 - Descrição: Óculos de proteção - ampla visão. Óculos de segurança plúton modelo ampla visão, constituído de armação em polipropileno cinza recoberta com silicone que se ajusta ao rosto do usuário. Oferece ótima vedação cobrindo toda a região em torno dos olhos. Lentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, e também indicado para proteção em ambientes onde há exposição ao vento, ao pó e a pequenas partículas. Deve possuir sistema de ventilação indireta. Deve possuir tirante elástico que permite ajustes (regulável). lentes nas cores: âmbar, fume e incolor - todas com antiembaçante.

1.1.1.1.2 - Embalado individualmente

1.1.1.1.3 - Apresentação: unidade.

1.1.1.1.4 - Quantidade: 6.400 Unidades.

1.1.5- LOTE 5

1.1.5.1 - Item 1: Plástico filme - Código 1395572

1.1.5.1.1 - Descrição: FILME DE PVC TRANSPARENTE ADESIVO. PAPEL AUTO-ADESIVO - TIPO: PVC ADESIVO, MASCARA DE TRANSFERENCIA; GRAMATURA: 105 G/M²; MEDIDAS: 457MM X 91,4M (L X C); COR: TRANSPARENTE;

1.1.5.1.2 - Embalada individualmente

1.1.5.1.3 - Apresentação: Unidade (Bobina 300m).

1.1.5.1.4 - Quantidade: 5.000

1.1.5.2 - Item 2: Fita Silver Tape - código 238120

1.1.5.2.1 - Descrição: FITA ADESIVA PARA EMBALAGEM - MATERIA-PRIMA: FILME DE POLIETILENO C/TECIDO LAMINADO DE ALGODAO; DIMENSOES: 48MM X 50 METROS; TIPO: ADERENCIA EM UMA FACE, NA COR PRATA; COBERTA COM ADESIVO DE RESINA E BORRACHA EM UMA DAS FACES, RESISTENTE A ABRASÃO E ÁGUA.

1.1.5.2.2 - Apresentação: Unidade (Rolo 50m)

1.1.5.2.3 - Quantidade: 4.000 Unidades.

1.1.5.3 - Item 3: Fita adesiva transparente - código 57541

1.1.5.3.1 - Descrição: FITA ADESIVA PARA EMBALAGEM - MATERIA-PRIMA: POLIPROPILENO; DIMENSOES: 50MM X 50 METROS; TIPO: ADERENCIA EM UMA FACE. NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO, DA VALIDADE E NUMERODO LOTE.

1.1.5.3.2 - Apresentação: unidade rolo de 50m.

1.1.5.3.3 - Quantidade: 5.000 Unidades.

1.1.5.4 Item4: Pilha AAA Alcalina (não recarregável) - Código 1252097

1.1.5.4.1 Descrição: pilha - tipo: não-recarregável; tamanho: pilha alcalina tamanho AAA (palito); tensão: 1,5 volt; amperagem: conforme fabricante; recarga: não aplicável;

1.1.5.4.2 Apresentação: Unidade (pacte c/ 4 pilhas)

1.1.5.4.3 Quantidade: 13.793

1.1.5.5 - Item 5: Luvas de PVC - código 37834

1.1.5.5.1 - Descrição: Luva para limpeza - matéria-prima: pvc; tamanho: grande. Luva grossa, em pvc; cano longo: 45cm; forrada e anti-derrapante. na embalagem deveser constar a data de validade do produto.

1.1.5.5.2 - Embalada individualmente

1.1.5.5.3 - Apresentação: Par.

1.1.5.5.4 - Quantidade: 100.

1.1.5.6 - Item 6: Bombona 50L - Código 210684

1.1.5.6.1 Descrição: matéria-prima: plástico; capacidade: 50 litros; detalhes: sem detalhes; cor: conforme solicitação do órgão;

1.1.5.6.2 Apresentação: Unidade

1.1.5.6.3 Quantidade: 36

1.1.6- LOTE 6

1.1.6.1 - Item 1: Filtro tipo PFF2 para reposição da maca bolha - **código 1774930**

1.1.6.1.1 - Descrição: Filtro redondo de fibra sintética. filtro para mascara contra gases - classe: P2; identificação: filtro completo com tampa, filtro p2 e base

1.1.6.1.3 - Embalada individualmente

1.1.6.1.4 - Apresentação: unidade.

1.1.6.1.5 - Quantidade: 185 Unidades.

1.1.6.2 - Item 2: Elemento filtrante PFF2 para filtro da maca bolha - **código 1774948**

1.1.6.2.1 - Descrição: FILTRO PARA MASCARA CONTRA GASES - CLASSE: PFF2; ELEMENTO FILTRANTE; IDENTIFICACAO: REDONDO DE FIBRA SINTETICA; APENAS ELEMENTO FILTRANTE PARA MASCARA FACIAL

1.1.6.2.3 - Embalada individualmente

1.1.6.2.4 - Apresentação: unidade.

1.1.6.2.5 - Quantidade: 1.500 Unidades.

1.1.6.3 - Item 3: Filtro químico multigases combinado - poeira, névoas e fumos - código 1775359

1.1.6.3.1 - Descrição: Filtro para máscara contra gases - classe: p2; identificação: filtro combinado multigases; com proteção contra poeira, nevoa, vapores, gases orgânicos, gases ácidos, dióxido de enxofre e amônia. Deve atender as normas atuais vigentes. □

1.1.6.3.3 - Embalada individualmente

1.1.6.3.4 - Apresentação: unidade.

1.1.6.3.5 - Quantidade: 100 Unidades

1.1.7 - LOTE 7

1.1.7.1 - Item 1: Hipoclorito de sódio 12% - código 1233688

1.1.7.1.1 - Descrição: Hipoclorito de sódio - aspecto: líquido incolor amarelo; fórmula molecular: NaClO; peso molecular: 74,5; dosagem: 12 por cento; finalidade: desinfecção de equipamentos e superfícies; na embalagem deverá constar o devido número do registro no Ministério da Saúde, a data da fabricação, a data da validade, o número do lote, informações e advertências.

1.1.7.1.4 - Apresentação: Bombona 50L.

1.1.7.1.5 - Quantidade: 20.

1.1.7.2 - Item 2: Hipoclorito de sódio 1% - código 1003810

1.1.7.2.1 - Descrição: Hipoclorito de sódio para limpeza - aplicação: limpeza de superfícies hospitalares; base: hipoclorito de sódio 1%. Desinfetante para superfícies fixas hospitalares e artigos não críticos. Deverá ter registro na ANVISA/MS. Deverá constar na embalagem dados do fabricante, número do lote, data de fabricação e validade.

1.1.7.2.4 - Apresentação: 1L.

1.1.7.2.5 - Quantidade: 7.000.

1.1.7.3 - Item 3: Peróxido de hidrogênio 10 volumes - código 1274716

1.1.7.3.1 - Descrição: Peróxido de hidrogênio - identificação: líquido límpido, incolor, odor característico, corrosivo - 10 volumes; fórmula molecular: H₂O₂; peso molecular: 34,02; finalidade: sanitização; odor característico. Embalagem cor escura com tampa em rosca com dados de identificação, número de lote, validade e advertências.

1.1.7.3.4 - Apresentação: 1L.

1.1.7.3.5 - Quantidade: 11.000.

1.1.7.4 - Item 4: Peróxido de hidrogênio 30 volumes - código 473600

1.1.7.4.1 - Descrição: Peróxido de hidrogênio - identificação: líquido límpido, incolor, corrosivo, odor característico; fórmula molecular: h₂o₂; peso molecular: 34,02; finalidade: sanitização em áreas e equipamentos produção soro; embalagem na cor escura com rosca.

1.1.7.4.4 - Apresentação: 1L.

1.1.7.4.5 - Quantidade: 2.000.

1.1.8- LOTE 8

1.1.8.1 - Item 1: Lixeira de 100L para resíduos - código 1454315

1.1.8.1.1 - Descrição: Lixeira individual - tipo: resíduos comuns; material: polipropileno; capacidade: 100 litros; formato: retangular; cor: branca; tampa: com tampa; pedal: com pedal; alça: sem alças; rodas: com rodas.

1.1.8.1.2 - Apresentação: unidade.

1.1.8.1.3 - Quantidade: 322 Unidades.

1.1.8.2 - Item 2: Saco cor laranja para resíduos químicos - código 1698540

1.1.8.2.1 - Descrição: Saco para coleta de resíduos de saúde - matéria-prima: polietileno virgem de alta densidade; cor: laranja; grupo: resíduos químicos (grupo b); capacidade nominal: 100 litros - 30 kg; dimensões (l x a): 75 cm por 105 cm; apresentação: embalagem 100 um; Complemento de especificação: saco com solda lateral contínua, homogênea e uniforme, vedando completamente e não permitindo vazamentos. Deverá constar em cada saco, individualmente, simbologia de material químico, com identificação do fabricante, do responsável técnico, data de validade e do número do lote; o saco de coleta deve atender à legislação atual vigente.

1.1.8.2.2 - Apresentação: Pacote com 100 unidades.

1.1.8.2.3 - Quantidade: 20 Pacotes

1.1.8.3 - Item 3: Pulverizador manual de 2 L - Código 1774964

1.1.8.3.1 - Descrição: Borrifador/pulverizador - aplicação: dispersão de produtos; matéria-prima: plástico ABS; capacidade: 2,0 litros; deve possuir válvula para controle de pressão. Possuir manopla para gerar pressão interna de no mínimo 25 atm. Deve possuir jato ajustável.

1.1.8.3.2 - Apresentação: Unidade

1.1.8.3.3 - Quantidade: 1.200

1.1.8.4 - Item 4: Tapete sanitificante - Código 1763369

1.1.8.3.1 - Descrição: Tapete - matéria-prima: 100% pvc; cor: cinza grafite.; espessura: 10mm; dimensões (c x l): 60cm x 40cm; kit tapete, tipo pedilúvio, composto de 01 tapete sanitizante e 01 tapete de secagem do calçado; com vedação nas bordas, 100% pvc composto de fios de vinil entrelaçados e fundido em base de pvc flexível.

1.1.8.3.2 - Apresentação: Unidade

1.1.8.3.3 - Quantidade: 475

1.1.9 - LOTE 9

1.1.9.1 - Item 1: Maca bolha - código 1576690

1.1.9.1.1 - Descrição: câmara de isolamento, tipo capsula; finalidade: transporte paciente infectado e/ou contaminado; matéria-prima: material resistente e dermatologicamente testado; capacidade: transporte de paciente de peso máximo de 120kg; dimensões: 230 x 60 x 65cm (comprimento x altura x largura; complementação da especificação do item de material: - câmara de isolamento tipo maca, para transporte, sistema fechado tipo "capsula" - câmara de isolamento tipo maca, para transporte de paciente infectado e/ou contaminado, ou imunossupressor, que possua sistema integrado de isolamento fechado denominado, tipo: "capsula ou bolha" que não necessite de maca auxiliar para transporte. Deve ser confeccionada em material mecanicamente resistente que seja de fácil limpeza e descontaminação. O material utilizado na confecção da maca deve ser dermatologicamente testado, pois poderá entrar em contato com a pele humana. Deve suportar o transporte de pacientes de peso máximo de 120 kg. As dimensões da maca, com seus periféricos, para emprego no transporte do paciente, não devem exceder 230 a 60 por 65 cm (comprimento x altura x largura). O sistema deve ser dobrável, permitindo seu armazenamento de forma compacta da. O peso total da bolha não deve exceder 30 kg, bem como, todo o seu periférico/acessório não deverá exceder 10 kg, totalizando até 40kg. A estrutura da bolsa deve permitir o controle visual do paciente durante o transporte. A bolsa deve ser equipada com sistema que premi está a manipulação do paciente através da capsula, sem que ocorra contato direto durante o transporte (sistema tipo conexão de mangas ou luvas) no mínimo de dois pares (quatro luvas ou mangas) e que possam ser tiro cada. O sistema deve ser equipado com no mínimo 1- válvula de filtra gema de ar e permitir entrada e saída de ar de forma única ou em valeu lãs separadas. O fluxo de ar no interior da capsula deve ser de no mi mimo 9 metros cúbicos por hora. Deve permitir o uso com pressão negativa vá no interior da capsula. Deve possuir sistema de filtragem do ar que garanta no mínimo 99,99% de filtragem de microrganismos como vírus e bactérias. O sistema deve ter autonomia de funcionamento de no mínimo de 4 horas sem necessidade de troca de baterias. As baterias devem ser recarregáveis. A bolsa deve possuir sistemas "portas" que permitam a entrada, ou saída de dispositivos que sejam utilizados no tratamento do paciente (e: sondas, cateteres, cabos, equipamentos). Deverá ser fornecida com todos os periféricos/acessórios para garantir autonomia de no mínimo 4 (quatro) horas de transporte (quando necessário, deverá incluir baterias, luvas, mecanismos de acoplamento das luvas e filtros de reserva). Devera possuir sistema de carregador da (s) bateria (s). Todas as luvas/mangas e peças de conexão necessárias ao funcionamento do sistema de manipulação do paciente devem ser

fornecidas com no mini mó uma peça de reposição. a câmara de isolamento e seus periféricos de catálogo / sida 09/10/2020 14:10 relatório de item de material página 1 de 2 deverão ter garantia mínima de 12 meses.(carta de solidariedade do fabricante).

1.1.9.1.2 - Apresentação: unidade.

1.1.9.1.3 - Quantidade: 40 Unidades.

1.1.10 - LOTE 10

1.1.10.1 - Item 1: Pulverizador - **código** 73733

1.1.10.1.1 - Descrição: Pulverizador - funcionamento: manual; capacidade: 20 lts; potencia motor: sem motor;

1.1.10.1.2 - Apresentação: unidade.

1.1.10.1.3 - Quantidade: 57 Unidades.

1.1.11 - LOTE 11

1.1.11.1 - Item 1: Bomba Costal tipo Mochila flexível - **código** 001764349

1.1.11.1.1 - Descrição: Mochila Costal (com pulverizador) 20L - tanque: capacidade mínima de 19 l; alcance do jato: mínimo de 10 metros; bico: com regulagem para jato pulverizado e pleno; caixa de despacho: não aplicável; correias: alças acolchoadas nos ombros e na cintura; complementação da especificação do item de material: bomba tipo mochila costal flexível com bolso para armazenar suprimento s pequenas ferramentas ou abrigo retardante de fogo. A mochila deve ser confeccionada em cordura para maior resistência a rasgos. O bocal d e enchimento deve possuir uma peneira para reter resíduos sólidos. deve e possuir sistema de engate rápido da mangueira com a mochila; sistema de fixação da mangueira a mochila para transporte sem o uso das mãos.

1.1.11.1.2 - Apresentação: unidade.

1.1.11.1.3 - Quantidade: 470 Unidades.

1.1.12 - LOTE 12

1.1.12.1 - Item 1: Equipamento de desinfecção portátil - **código** 1759957

1.1.12.1.1 - Descrição: câmara de isolamento, tipo capsula; finalidade: transporte paciente infectado e/ou contaminado; matéria-prima: material resistente e dermatologicamente testado; capacidade: transporte de paciente de peso máximo de 120kg; dimensões: 230 x 60 x 65cm (comprimento x altura x largura; complementação da especificação do item de material: - câmara de isolamento tipo maca, para transporte, sistema fechado tipo "capsula" - câmara de isolamento tipo maca, para transporte de paciente infectado e/ou contaminado, ou imunossupressor, que possua sistema integrado de isolamento fechado denominado, tipo: "capsula ou bolha" que não necessite de maca auxiliar para transporte. Deve ser confeccionada em material mecanicamente resistente que seja de fácil limpeza e descontaminação. O material utilizado na confecção da maca deve ser dermatologicamente testado, pois poderá entra em contato com a pele humana. Deve suportar o transporte de pacientes de peso máximo de 120 kg. As dimensões da maca, com seus periféricos, para emprego no transporte do paciente, não devem exceder 230 a 60 por 65 cm (comprimento x altura x largura). O sistema deve ser dobrável, permitindo seu armazenamento de forma compacta da. O peso total da bolha não deve exceder 30 kg, bem como, todo o seu periférico/acessório não deverá exceder 10 kg, totalizando até 40kg. A estrutura da bolsa deve permitir o controle visual do paciente durante o

transporte. A bolsa deve ser equipada com sistema que previna a manipulação do paciente através da capsula, sem que ocorra contato direto durante o transporte (sistema tipo conexão de mangas ou luvas) no mínimo de dois pares (quatro luvas ou mangas) e que possam ser trocadas uma a uma. O sistema deve ser equipado com no mínimo 1- válvula de filtração de ar e permitir entrada e saída de ar de forma única ou em válvulas separadas. O fluxo de ar no interior da capsula deve ser de no mínimo 9 metros cúbicos por hora. Deve permitir o uso com pressão negativa vácuo no interior da capsula. Deve possuir sistema de filtração do ar que garanta no mínimo 99,99% de filtração de microrganismos como vírus e bactérias. O sistema deve ter autonomia de funcionamento de no mínimo de 4 horas sem necessidade de troca de baterias. As baterias devem ser recarregáveis. A bolsa deve possuir sistemas "portas" que permitam a entrada, ou saída de dispositivos que sejam utilizados no tratamento do paciente (e: sondas, cateteres, cabos, equipamentos). Deverá ser fornecida com todos os periféricos/acessórios para garantir autonomia de no mínimo 4 (quatro) horas de transporte (quando necessário, deverá incluir baterias, luvas, mecanismos de acoplamento das luvas e filtros de reserva). Deverá possuir sistema de carregador da(s) bateria(s). Todas as luvas/mangas e peças de conexão necessárias ao funcionamento do sistema de manipulação do paciente devem ser fornecidas com no mínimo uma peça de reposição. a câmara de isolamento e seus periféricos de catálogo / sida 09/10/2020 14:10 relatório de item de material página 1 de 2 deverão ter garantia mínima de 12 meses.(carta de solidariedade do fabricante).

1.1.12.1.2 - Apresentação: unidade.

1.1.12.1.3 - Quantidade: 4 Unidades.

1.1.13 - LOTE 13

1.1.13.1 - Item 1: Eletrodo multifuncional reutilizável CPR DURA PADS- código 1760610

1.1.13.1.1 - Descrição: Eletrodo p/marcapasso/ressincronizador/desfibril - eletrodo: eletrodo multifuncional reutilizável CPR DURA PADZ; tipo: adulto reutilizável ; conexão: AED verde; compatibilidade: desfibriladores zoll; eletrodo multifuncional: cardioversão, desfibrilação e monitorização. deve permitir no mínimo até 100 (cem) aplicações. Deve possuir sensor de REC; Deverá possuir registro na anvisa.

1.1.13.1.2 - Apresentação: unidade.

1.1.13.1.3 - Quantidade: 90 Unidades.

1.1.14 - LOTE 14

1.1.14.1 - Item 1: Filtro E.P.A para BVM (Bolsa Válvula Máscara) - código 1786970

1.1.14.1.1 - Descrição: Filtro para equipamentos médico-hospitalares - Identificação: Filtro tipo HEPA, conexão universal reta estéril; equipamento: AMBU; Marca/Modelo: conforme fabricante; referência: conforme fabricante; Complementação da especificação: filtro com estrutura em polipropileno. Deve ter eficiência de filtração bacteriana e viral de 99,999%.

1.1.14.1.2 - Apresentação: unidade.

1.1.14.1.3 - Quantidade: 1.765 Unidades.

2 DOS LOTES:

2.1 DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:

2.1.1 A escolha da modalidade de admissão das propostas "por lotes" se dá devido ao fato de que, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pretende adquirir itens de natureza distintas entre si, por economicidade, assim foram divididos em oito lotes distintos oportunizando as empresas que militem em cada ramo participarem do certame. Assim, os lotes foram divididos pela natureza única dos itens que o compõe, tornando a participação para os fornecedores mais atrativa e isonômica.

2.2 LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

2.2.1 Conforme determina o Art. 48, inciso I, da LC 123/2006 c/c art. 8º do Decreto Estadual nº 47.437/2018, **apenas os lotes 3, 6 10 e 14 são exclusivos a ME e EPP, os demais são abertos a todos às empresas.**

3 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1.1 A aquisição dos materiais será para suprir a necessidade do CBMMG em frente à pandemia do COVID-19.

3.1.2 As aquisições foram determinadas no Ofício CBMMG/SDAL nº. 2469/2020, inserto neste Processo sob o ID (19036097), sendo os itens e suas quantidades baseados em estudos preliminares realizados pela Gerência.

3.1.3 De acordo com a Lei Complementar 54 de 13/12/1999 o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) é o órgão responsável por coordenar e executar as ações de defesa civil, proteção e socorrimto públicos, prevenção e combate a incêndio, perícias de incêndio e explosão em locais de sinistro, busca e salvamento.

3.1.4 Seguindo diretrizes do Comando a Instituição busca constantemente atender a sociedade mineira com excelência. Desta forma, as unidades da Corporação devem oferecer aos militares condições estruturais que contribuam para a qualidade do trabalho e conseqüentemente para o atendimento ao público.

3.1.5 Há necessidade de adquirir o objeto da presente licitação, visando suprir as Unidades Operacionais do CBMMG com material necessário para o atendimento de ocorrências do tipo RESGATE/APH, bem como equipamentos específicos para aplicação de desinfetantes e, desta forma, amparando o efetivo do CBMMG para atender à sociedade mineira com excelência, **ficando claro a existência de INTERESSE PÚBLICO na presente aquisição.**

3.1.6 A aquisição específica do item 1, do Lote 13 visa suprir os DESFIBRILADORES CARDÍACOS - ZOLL AED PRO adquiridos no **PROCESSO DE COMPRA EMERGENCIAL Nº 1401269 000052/2020**, por isso a determinação de marca.

3.1.6.1 Por se tratar de um equipamento de tamanha importância ao suporte básico de vida, fica vetado o uso de adaptações ou outras marcas para aquele equipamento, devido ao risco de falha e possibilidade de óbito do paciente.

3.2 DA INDICAÇÃO DE MARCA E MODELO DE EQUIPAMENTO LOTE 13, ITEM 1: (CPR DURA PADS Zoll)

3.2.1 O CBMMG possui aproximadamente 200 desfibriladores do modelo Zoll AED Plus, o que significa menor necessidade de investimento em equipamentos para um eventual processo de padronização visando economia em insumos, gerando considerável redução nos gastos públicos no médio e longo prazo. Devido à características das ocorrências é exigido um equipamento robusto com maior grau de resistência mecânica contra choques, poeira e umidade, tornando esse um ponto de alta relevância para a capacidade de resposta das Unidades de Resgate e demais viaturas operacionais.

3.2.2 Além disso, a possibilidade de uso de eletrodos reutilizáveis, com compatibilidade entre os modelos AED Pro e AED Plus, é outro fator vantajoso, posto que em comparação com os modelos de eletrodos descartáveis, o gasto equivale a aproximadamente um quinto, para esta mesma marca, consistindo também em uma solução mais alinhada à preservação do meio ambiente pela redução de produção de resíduos sólidos. Como já existe expressivo posicionamento dentro do contexto operacional da Instituição, o uso de insumos reutilizáveis de menor custo são justificáveis também para a redução dos custos, considerando também a performance dos equipamentos, que vem se mostrando duráveis e efetivos para as demandas atendidas pelo CBMMG.

4 - JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

Da Justificativa da classificação dos bens comuns:

4.1 - Trata-se de bem comum a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão simplificado, em sua forma eletrônica.

4.2- Conforme disposto no item 3.2.1.1 a SMB, definiu a natureza do objeto a ser contratado como sendo comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520, de 2002.

4.3 - A definição ocorreu por ser considerado o objeto como indispensável para satisfazer as necessidades do CBMMG nesse momento, bem como o padrão de desempenho e de qualidade foram definidos objetivamente, por meio de especificações usuais no mercado, desse modo, o objeto a ser contratado possui um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizá-lo como padrão, sendo disponível o seu fornecimento a qualquer empresa do ramo pertinente.

4.4 - Essa modalidade prevê a aplicação tão somente da licitação de **tipo menor preço por lote**, que define como vencedor o licitante que apresente a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Da Justificativa da aquisição:

4.5 - A aquisição se justifica tendo em vista o disposto no art. 65 da Lei complementar Federal Nº101, de 4 de maio de 2000; na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; bem como o Decreto Nº 47891 DE 20/03/2020 em decorrência da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19). Considerando que os efeitos nocivos da Pandemia ainda perduram e que há indicativos de alto risco à saúde pública, conforme demonstra-se nos anexos Publicação Situação COVID-19 Brasil (21176916), Publicação Situação COVID-19 Brasil II (21177104), Publicação Situação COVID-19 Brasil III (21177366), Publicação Situação COVID-19 Brasil IV (21177514), torna a aquisição extremamente importante e prudente.

5 - DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

5.1 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

6- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.1 Não será exigida qualificação técnica.

7 - CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

7.1 Deverá ser fornecido pela licitante prospectos, catálogos, folders, fichas técnicas ou outros documentos que comprovem que os materiais ofertados atendem às especificações técnicas solicitadas no edital.

8 - DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

8.1 Da amostra:

8.1.1 Apenas para o Lote 13, Item 1: **CPR DURA PADS Zoll SERÁ exigida amostra**, devendo ser apresentada amostra do produto em até dois dias úteis para verificação pela Equipe de Apoio antes da homologação.

8.1.2 As amostras/protótipos deverão ser entregues na Rua 26, nº 12, bairro Tropical, Contagem/MG, durante o horário comercial, sob pena de desclassificação.

8.1.3 A data e local onde serão realizados os procedimentos de avaliação técnica das amostras serão informados no chat da seção de licitação, durante a realização do pregão eletrônico, de forma a permitir o acompanhamento das avaliações por todos os participantes do certame.

8.1.4 Deverão ser entregues devidamente identificadas com o do nome da empresa, número do processo na embalagem original de comercialização e rótulo de acordo com a legislação vigente (número do lote, data de fabricação, prazo de validade, razão social e endereço do fabricante e importador e nome do responsável técnico), com instruções de uso em português, advertências, precauções.

8.1.5 A amostra, por ser um item não descartável e a verificação não inutilizará o produto, poderá ser restituída após o término da licitação mediante solicitação do licitante, ou então deduzida do montante a ser entregue.

8.1.6 Os procedimentos de avaliação técnica das amostras serão realizados pela equipe técnica indicada pelo órgão/entidade responsável pela elaboração do Termo de Referência.

8.1.7 As amostras apresentadas pelos licitantes deverão ser de lote comercial, não sendo aceitos produtos produzidos com o único fim de serem apresentados como amostras.

8.1.8 Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não a entregar no prazo estabelecido.

8.1.9 A entrega das amostras é de inteira responsabilidade do licitante, não podendo a Administração Pública responder por quaisquer extravios ou fatos de terceiros.

8.1.10 Será realizada a comparação entre a amostra apresentada pelo licitante e as especificações técnicas do item ao qual a amostra corresponde, bem como às características gerais e mandatórias do objeto desta licitação.

8.1.11 Serão aprovadas as amostras que atenderem totalmente às especificações técnicas e características gerais e mandatórias do objeto desta licitação.

8.1.12 Caso haja REPROVAÇÃO do produto apresentado como amostra pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar (menor preço), o licitante provisoriamente classificado em segundo lugar será oportunamente convocado para apresentação de amostra do produto ofertado, no prazo de 03 (três) dias úteis, e assim sucessivamente, até que seja selecionado produto com amostra aprovada.

8.1.13 O direito de interpor recurso e exercitar o contraditório e a ampla defesa frente ao laudo ou parecer que concluir pela desconformidade da amostra ao objeto da licitação será assegurado, devendo ser realizado no momento da fase recursal, conforme cláusula 10 do Edital.

8.1.14 Poderão ser agregados à análise, para efeito de orientação técnica, classificação ou desclassificação, indicadores da experiência anterior no uso do produto pelo ÓRGÃO/ENTIDADE, bem como informações junto a outros órgãos públicos ou privados que já tenham usado o produto, além da análise de prospecto ou catálogo do material.

8.1.15 Os Pareceres da área técnica, contendo o resultado da avaliação técnica das amostras, serão divulgados a todos os licitantes no chat do pregão, bem como no quadro de avisos do Portal de Compras, no prazo de até 03 (três) dias úteis após o recebimento das amostras.

8.1.16 Serão avaliados os seguintes critérios objetivos das amostras e/ou serão realizados os seguintes testes:

LOTE	CÓDIGO SIAD	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS/PROTÓTIPOS
13	1760610	Verificação do modelo do eletrodo quanto à sua característica de reutilização.

9 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1 Prazo de Entrega:

9.1.1 Até 25 (vinte e cinco) dias contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

9.1.2 Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da rede.

9.2 Do Local e Horário de Entrega:

9.2.1 Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Academia de Bombeiros Militar - ABM/CBMMG, Complexo Pampulha - Av. Santa Rosa, 10 - São Luiz, Belo Horizonte - MG, 31270-750.

9.2.2- As entregas deverão ser previamente agendadas pelo telefone: (031) 3198-5700 ou (031) 3198-5701 ou pelo *e-mail*: csm.smb@bombeiros.mg.gov.br

9.2.3- O horário para entrega: às segundas, terças, quintas e sextas, de 08h30min às 12hs e de 13hs às 17hs, às quartas de 08h30min às 13hs.

9.3 Condições de recebimento:

9.3.1 Os produtos serão recebidos:

9.3.1.1 Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, oportunidade em que se observarão apenas as

informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho;

9.3.1.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

9.3.2O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

9.3.3O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo CBMMG não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º8.078/90.

9.4 Cronograma físico-financeiro:

9.4.1 Não se aplica.

10 - DO PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

10.2 O pagamento estará condicionado ao adequado fornecimento do bem/material, de acordo com as especificações técnicas constantes nas descrições dos lotes deste Termo de Referência e no orçamento da empresa, e de acordo com os prazos neles estabelecidos.

10.3 Havendo atraso por parte da administração do prazo do item 10.1, o FORNECEDOR obriga-se a entrega do bem/material até 90 (noventa) dias, prazo em que a Administração entrará como inadimplente.

11- DO CONTRATO:

11.1 Poderá ser gerado o contrato entre o CBMMG e as empresas vencedoras do certame conforme minuta anexa ao Edital deste processo, podendo o instrumento contratual ser substituído pela autorização de fornecimento emitida pelo Portal de Compras/MG.

11.2 O Contrato, ou termo equivalente, terá vigência de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do art. 4H da Lei 13.979/2020.

11.3 Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pela contratada.

11.4 Poderá haver rescisão, a qualquer tempo, sem prejuízo para a Administração, em razão de fim da emergência fundada na Pandemia de Coronavírus.

11.5 Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, conforme disposto na Resolução Conjunta SEPLAG/SEF 8.898/2013 e nos Art. 40, XI, e 55, III, da Lei 8.666/1993, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.6 O contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no Art. 65, Lei Federal 8.666/1993 e Art. 4º - I, da Lei 13.979/ 2020, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

12- PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:

12.1 Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.

12.1 Será designado o servidor: Alexsander de Amorim Andrade, 1º Ten BM - Nº 131873-2.

12.2 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das

providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

12.3A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

12.4 O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

12.5 Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 (e seguintes) do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

12.6 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

12.7 Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

13 - DAS GARANTIAS:

13.1 Garantia financeira da execução:

13.1.1 Não será exigida garantia financeira da execução para este objeto.

13.2 Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional

13.2.1 Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis) ; para os produtos duráveis (material permanente) a garantia será de 12 meses a partir da data de recebimento do produto, incluso nestes os 90 dias garantidos pelo código de defesa do consumidor.

13.3 DA SUBCONTRATAÇÃO:

É vedada a subcontratação para o fornecimento dos objetos, devido a características simples dos mesmos e atendendo ao princípio da economicidade e interesse público.

14- OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

14.1 Da Contratada:

14.1.1 Fornecer os produtos nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

14.1.2 Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

14.1.3 Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

14.1.4 Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

14.1.5 Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

14.1.6 Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais.

14.1.7 Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

14.1.8 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

14.1.9 Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos

estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

14.1.10 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.1.11 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado.

14.1.12 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

14.2 Da Contratante:

14.2.1 Acompanhar e fiscalizar os serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

14.2.2 Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

14.2.3 Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

14.2.4 Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

14.2.5 Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

14.2.6 Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

14.2.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

14.2.8 Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

14.2.9 Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

14.2.10 Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.

15 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, E no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.1.1 advertência por escrito;

15.1.2 multa de até:

15.1.2.1 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

15.1.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia de execução exigida;

15.1.2.3 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas ;

15.1.2.4 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

15.1.3 Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

15.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei 10.520, de 2002;

15.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

15.1.6 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 16.1.1, 16.1.3, 16.1.4, 16.1.5.

15.2 A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

15.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

15.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.5 Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

15.6 A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

15.7 As sanções relacionadas nos itens 16.1.3, 16.1.4 e 16.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Minas Gerais - CAGEF.

15.8 As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

15.8.1 Retardarem a execução do objeto;

15.8.2 Comportar-se de modo inidôneo;

15.8.2.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.8.3 Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

15.9 Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

15.10 Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.979/20.

16 - DAS EQUIPES DE PREGOEIRO E DE APOIO:

O pregoeiro designado será o Nº 167.483-7, 2º Ten BM Guilherme **Ferraz Lacerda de Mello**.

A Equipe de Apoio designada é a seguinte:

- Cap BM **Miguel** Ângelo Leite Teixeira;

- 1º Ten BM **Alexsander** de Amorim Andrade;

- 2º Ten BM **Lucas** Martins **Faria**.

17 - ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1 O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

18 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das Fontes de Recursos 95 na LOA 2020, nas seguintes dotações orçamentárias:

1401.10.301.026.1005.0001.339030.95.10 e 1401.10.301.026.1005.0001.339052.95.10

19 - DAS INFORMAÇÕES PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

19.1 RAZÃO SOCIAL: **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS** (não colocar mais nenhuma outra informação neste campo).

19.2 CNPJ: **03.389.126/0001-98**

19.3 Endereço de faturamento: Rod. Papa João Paulo II, Nº 4143, Prédio Minas, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-900, Belo Horizonte- MG.

19.4 Contato: (31) 3198-5701.

19.5 Email: csm.smb@bombeiros.mg.gov.br.

Observação: Atentar quanto ao preenchimento do campo de unidade na nota fiscal, ele deve ser compatível com a unidade de fornecimento informada no espelho de especificação.

20 - DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL

20.1 A CONTRATADA poderá ser responsabilizada de forma objetiva nos âmbitos administrativo e civil pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12846/2013 e regulamentados pelo Decreto Estadual nº 46.782/2015, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

20.2 A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

Elaborado por: ALEXSANDER DE AMORIM ANDRADE, 1º TEN BM - AGENTE DE AÇÃO

Conferido por: MIGUEL ÂNGELO LEITE TEIXEIRA, CAP BM - CHEFE DO NÚCLEO DE MATERIAL OPERACIONAL

Aprovado por: BRUNO BARBOSA DE MENEZES, MAJOR BM - ORDENADOR DE DESPESAS

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA FORNECIMENTO DE BENS

Nome ou Razão Social:				
Nº do CNPJ:	Nº Insc. Estadual / Municipal:			
Endereço completo : (Logradouro, nº, bairro, Cidade, UF, CEP)				
Telefone: ()	E-mail:			
Nome do Representante Legal: (que irá assinar a Ata, Contrato e demais documentos através do SEI):				
Nº da CI:	Órgão Expedidor:	CPF:		
Profissão/Cargo:	E-mail:			
Residente e Domiciliado em: (Cidade e Estado)	Telefone: ()			
Naturalidade:	Nacionalidade:			
Período de garantia do bem: _____ (_____) dias, em observância ao contido no edital.				
Dados Bancários da Fornecedora: Banco: _____ Código: _____ Agência: _____ Conta: _____				
LOTE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total

LOTE____ ITEM____ (código conforme o edital)	DESCRIÇÃO	valor unitário	COM ICMS	SEM ICMS	SEM ICMS
		COM ICMS R\$_____	R\$_____	R\$_____	R\$_____
		(para TODOS participantes)		(EXCLUSIVO para Empresas Mineiras)	
VALOR TOTAL DO LOTE COM ICMS		R\$ _____ (_____)			
VALOR TOTAL DO LOTE SEM ICMS		R\$ _____ (_____)			
MARCA:			MODELO:		
Prazo de Validade da Proposta:					
Prazo de entrega do bem:					
Local de Entrega:					
Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas vigentes para este certame.					
Declaro, sob as penas da lei, que atendo e aceito plenamente todos os requisitos exigidos para participar deste Pregão Eletrônico para Registro de Preços.					
<p style="text-align: center;">_____, ____ de _____, de _____.</p> <p style="text-align: center;">_____ Assinatura e Carimbo (nome completo do representante legal da empresa)</p>					

ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE MENORES

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 13 DE DECRETO ESTADUAL Nº 47.437, de 2018

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos

legais para sua categorização como _____, estando no rol descrito no item 5.3 deste edital, não havendo quaisquer impedimentos que a impeça de usufruir do tratamento favorecido diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e Decreto Estadual nº 47.437, de 2018.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que está ciente das condições contidas neste edital e seus anexos.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

**ANEXO IV- MINUTA DO CONTRATO - MODELO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1401269 0000116/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 1401269 0000116/2020**

CONTRATO N.º _____

CONTRATO Nº XXXX/2020 DE AQUISIÇÃO DE _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS - CBMMG, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR ORDENADOR DE DESPESAS DO _____ E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

O Estado de Minas Gerais, por meio do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMNG, Unidade Executora Centro de Suprimento e Manutenção - CSM, com sede na Rua Vinte e Seis, nº 12, Bairro Tropical, Contagem/MG, Minas Gerais, e-mail: _____ inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.389.126/0001-98, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Bruno Barbosa de Menezes, Maj BM, Nº 125.532-2, inscrito no CPF sob o nº 028.656.386-00, Resolução de competência nº _____ e a empresa _____, endereço de correio eletrônico: _____; inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número _____, com sede na _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº _____/2020, que será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto estadual nº 48.012/2020, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, com suas alterações posteriores, aplicando-se ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1- CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de _____, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº _____ identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	Código SIAD	SIAD DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1						
2						
3						
4						

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:

2.1. Este contrato terá vigência de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do art. 4ºH da Lei 13.979/2020.

3- CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO:

3.1. O valor do presente Contrato é de R\$ _____ (_____).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4- CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta das fontes de recursos _____, previstas na NERO/___ (s) dotação(ões) orçamentária(s), e daquelas que vierem a substituí-las:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5- CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência.

6- CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES:

6.1. DO REAJUSTE CONTRATUAL:

6.1.1- Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, conforme disposto na Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8.898/2013 e nos arts. 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.1.2- Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pela CONTRATADA, observando-se o prazo prescricional de 5 anos.

6.2- DO REAJUSTE POR CULPA DA ADMINISTRAÇÃO:

9.2.1- Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

7- CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8- CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante especialmente designado pela CONTRATANTE no Termo de Designação de Gestor e Fiscal, na forma estabelecida pelo Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - DO MODO DE FORNECIMENTO:

9.1. O modo de fornecimento dos bens a serem entregues pela CONTRATADA é aquele previsto no Termo de Referência e no Edital.

10- CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência e no Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:

11.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pelo Estado de Minas Gerais serão observadas as determinações que se seguem.

11.2. O Estado de Minas Gerais exige que os licitantes/contratados observem o mais alto

padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

11.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um agente público no processo de licitação ou execução do contrato;

11.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do CONTRATANTE;

11.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;

11.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

11.2.5. “prática obstrutiva” significa:

11.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

11.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro órgão de Controle de investigar e auditar.

11.3. O Estado de Minas Gerais rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

11.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, deve ser encaminhada à Controladoria Geral do Estado - CGE para denúncia à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça, para adoção das medidas cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital e no Termo de Referência.

13- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO:

13.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; 13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da

Administração à continuidade do contrato.

13.6. As partes entregarão, no momento da rescisão, a documentação e o material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

13.7. No procedimento que visar à rescisão do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, inclusive a suspensão da execução do objeto.

13.8. Poderá haver rescisão, a qualquer tempo, sem prejuízo para a Administração, em razão de fim da emergência fundada na Pandemia de Coronavírus.

14- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES:

14.1. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no Art. 65, Lei Federal 8.666/1993 e Art. 4º da Lei 13.979/ 2020, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

14.2. Os licitantes estarão obrigados a fornecer quantitativos superiores ou inferiores àqueles adjudicados, em função do direito de acréscimo ou supressão de até 50% (cinquenta por cento) conforme o conforme art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.

15- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

16.1. A publicação do extrato do presente instrumento, no Diário Oficial Eletrônico de Minas Gerais, correrá a expensas da CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993.

17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:

17.1- As partes elegem o foro de Belo Horizonte/MG, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento, conforme art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93.

E por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

de _____ de 2020. _____(cidade),

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS:

NOME:

CI:

CPF:

TESTEMUNHAS:

NOME:

CI:

CPF:

ANEXO V - AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

1. DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO FORNECEDOR

A CONTRATADA estará sujeita à avaliação de seu desempenho na execução do objeto quanto aos critérios de prazo, quantidade, qualidade e documentação, nos termos da Resolução SEPLAG nº 13/2014.

1.1. Critério Prazo

O critério Prazo avalia o cumprimento das datas previamente definidas na autorização de fornecimento e respectivos agendamentos para a entrega do(s) objeto(s) e possui a pontuação assim distribuída, de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 30 (trinta) pontos, se a entrega for realizada na data agendada e conforme prazo previsto na autorização de fornecimento;
- b) 28 (vinte e oito) pontos, se a entrega for realizada em desacordo com a data agendada, mas ainda conforme prazo previsto na autorização de fornecimento;
- c) 22 (vinte e dois) pontos, se a entrega for realizada com atraso de até 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo previsto na autorização de fornecimento;
- d) 10 (dez) pontos, se a entrega for realizada com atraso de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias, contados a partir do término do prazo previsto na autorização de fornecimento; ou
- e) 0 (zero) ponto, se a entrega for realizada com atraso superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do término do prazo previsto na autorização de fornecimento.

I- Na hipótese de reagendamento da data da entrega por solicitação da CONTRATADA, esta será pontuada com a totalidade dos pontos, caso o reagendamento ocorra antes da data anteriormente agendada e a entrega seja realizada:

- a) conforme nova data agendada; e
- b) dentro do prazo limite previsto na autorização de fornecimento.

II - Na hipótese de não cumprimento da data agendada e/ou o prazo limite previsto na autorização de fornecimento, por caso fortuito ou força maior, a CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o atraso na entrega, que será analisada pelo responsável pelo recebimento, podendo ser aceita ou não.

III - Na hipótese de a justificativa mencionada no inciso anterior ser aceita pelo responsável pelo recebimento, a CONTRATADA será pontuada com a totalidade dos pontos.

IV – O reagendamento da entrega após o prazo máximo de entrega definido na autorização de fornecimento não afasta a sujeição da CONTRATADA à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

V – Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

1.2. Critério Quantidade

O critério Quantidade avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente à

quantidade definida na autorização de fornecimento e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 30 (trinta) pontos, se a quantidade recebida for igual à quantidade solicitada;
- b) 28 (vinte e oito) pontos, se a quantidade recebida for maior que a quantidade solicitada;
- c) 22 (vinte e dois) pontos, se a quantidade recebida for maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) e menor que 100% (cem por cento) da quantidade solicitada;
- d) 10 (dez) pontos, se a quantidade recebida for maior ou igual a 50% (cinquenta por cento) e menor que 75% (setenta e cinco por cento) da quantidade solicitada; ou
- e) 0 (zero) ponto, se a quantidade recebida for inferior a 50% (cinquenta por cento) da quantidade solicitada.

I – A CONTRATADA é obrigada a entregar o quantitativo total solicitado, devendo ser aceito quantitativo menor apenas em hipóteses excepcionais, devidamente justificadas e em função do atendimento ao interesse público.

II – A aceitação de quantitativo menor que o estabelecido em autorização de fornecimento não afasta a sujeição da CONTRATADA à aplicação de sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

III – Se houver recusa do recebimento em virtude de desconformidade entre o quantitativo de materiais entregues e a quantidade estabelecida na Autorização de Fornecimento (AF), essa será registrada em eventual entrega posterior, referente à mesma autorização de fornecimento, na qual o fornecedor terá prejuízo em sua nota.

IV - Na hipótese do não cumprimento do quantitativo previsto na autorização de fornecimento, por caso fortuito ou força maior, a CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o atraso na entrega, que será analisada pelo responsável pelo recebimento, podendo ser aceita ou não.

V - Na hipótese de a justificativa mencionada no inciso anterior ser aceita pelo responsável pelo recebimento, a CONTRATADA será pontuada com a totalidade dos pontos.

1.3. Critério Qualidade

O critério Qualidade avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente às exigências de especificação técnica, e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 30 (trinta) pontos, se a qualidade for aprovada;
- b) 22,5 (vinte e dois vírgula cinco) pontos, se a qualidade for aprovada com ressalva de baixa criticidade; ou
- c) 10 (dez) pontos, se a qualidade for aprovada com ressalva de alta criticidade.
- d) 0 (zero) pontos, se houver desconformidade total entre os materiais recebidos e a especificação técnica exigida.

I - As ressalvas referidas nas alíneas “b” e “c” deste subitem 1.3 não deverão comprometer a qualidade exigida nem a utilidade do material.

II – Se houver recusa do recebimento em virtude de desconformidade entre os materiais recebidos e a especificação técnica exigida, esta será registrada em eventual entrega posterior, referente à mesma autorização de fornecimento.

III – Na hipótese do inciso anterior, a CONTRATADA receberá a pontuação 0 (zero) nesse critério.

O critério Qualidade avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente às exigências de especificação técnica e embalagem de material, aos quais serão atribuídas pontos de acordo com o desempenho da CONTRATADA.

I – O subcritério “Embalagem” avalia as condições da embalagem do material e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 10 (dez) pontos, se a embalagem for aprovada; ou
- b) 5 (cinco) pontos, se a embalagem for aprovada com ressalva.

II – Se houver recusa do recebimento em virtude de embalagem inadequada do material, esta

será registrada em eventual entrega posterior, referente à mesma autorização de fornecimento.

III – Na hipótese do inciso anterior, a CONTRATADA receberá a pontuação 0 (zero) no subcritério “Embalagem”.

IV - O subcritério “Especificação técnica” avalia a conformidade entre os materiais recebidos e a especificação técnica exigida, possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 20 (vinte) pontos, se a qualidade for aprovada;
- b) 15 (quinze) pontos, se a qualidade for aprovada com ressalva de baixa criticidade; ou
- c) 6,6 (seis vírgula seis) pontos, se a qualidade for aprovada com ressalva de alta criticidade.

V – Se houver recusa do recebimento em virtude de desconformidade entre os materiais recebidos e a especificação técnica exigida, esta será registrada em eventual entrega posterior, referente à mesma autorização de fornecimento.

VI – Na hipótese do inciso anterior, a CONTRATADA receberá a pontuação 0 (zero) no subcritério “Especificação técnica”.

VII – A ressalva referida na alínea “b” do inciso I e nas alíneas “b” e “c” do inciso IV deste subitem 1.3 não deverão comprometer a qualidade exigida nem a utilidade do material.

1.4. Critério Documentação

O critério Documentação avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente à regularidade da Nota Fiscal, e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 10 (dez) pontos, se a Nota Fiscal tiver a sua validade atestada;
- b) 0 (zero) ponto, se a Nota Fiscal apresentar irregularidade(s) que impeçam o ateste de sua validade.

I - Para atestar a validade da Nota Fiscal, deverá ser verificada a conformidade dos seguintes itens:

- a) Dados do órgão/entidade que realizou a compra;
- b) Valores unitários e totais;
- c) Descrição do produto em conformidade com o item de material solicitado e com o material entregue;
- d) Quantidade constante na nota em conformidade com a quantidade solicitada;
- e) Inexistência de rasuras; e
- f) Outros elementos solicitados pelo órgão ou entidade no instrumento convocatório.

O critério Documentação avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente à regularidade da Nota Fiscal e dos documentos adicionais apresentados, aos quais serão atribuídas pontos de acordo com o desempenho da CONTRATADA.

I - O subcritério “Nota Fiscal” avalia a regularidade da Nota Fiscal e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 5 (cinco) pontos, se a Nota Fiscal tiver a sua validade atestada;
- b) 0 (zero) ponto, se a Nota Fiscal apresentar irregularidade(s) que impeça(m) o ateste de sua validade.

II - Para atestar a validade da Nota Fiscal, deverá ser verificada a conformidade dos seguintes itens:

- a) Dados do órgão/entidade que realizou a compra;
- b) Valores unitários e totais;
- c) Descrição do produto em conformidade com o item de material solicitado e com o material entregue;
- d) Quantidade constante na nota em conformidade com a quantidade solicitada;

e) Inexistência de rasuras; e

f) Outros elementos solicitados pelo órgão ou entidade no instrumento convocatório.

III - O subcritério “Documentos Adicionais” avalia a regularidade e conformidade dos documentos específicos relativos ao material(is) entregue(s) com a legislação aplicável e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

a) 5 (cinco) pontos, se a documentação adicional estiver em conformidade com a legislação aplicável ao objeto; ou

b) 0 (zero) ponto, se a documentação adicional apresentar inconformidades.

2. DO INDICADOR DE DESEMPENHO DO FORNECEDOR

Os registros de desempenho da CONTRATADA conforme os critérios do item 1 deste Anexo, serão a base para o cálculo do seu respectivo indicador de desempenho.

I - O indicador de desempenho da CONTRATADA poderá ser apresentado nas seguintes formas:

a) Indicador de Desempenho do Fornecedor por Entrega (IDF-E): será calculado para um determinado item da autorização de fornecimento, a partir da soma das pontuações atribuídas em cada critério de avaliação;

b) Indicador de Desempenho do Fornecedor por Autorização de Fornecimento (IDF-AF): será calculado a partir da média aritmética simples dos IDF-E, no âmbito de uma mesma autorização de fornecimento;

c) Indicador de Desempenho do Fornecedor por Contratação (IDF-C): será calculado a partir da média aritmética simples dos IDF-AF, no âmbito desta contratação.

3. DAS AÇÕES QUE PODERÃO SER TOMADAS EM RELAÇÃO AO DESEMPENHO DA CONTRATADA

I - Conforme resultado obtido no Indicador de Desempenho do Fornecedor por Contratação (IDF-C), a CONTRATADA obterá os seguintes conceitos:

a) “A”, se o seu aproveitamento for maior que 90% (noventa por cento);

b) “B”, se o seu aproveitamento for maior que 70% (setenta por cento) e menor ou igual a 90% (noventa por cento); ou

c) “C”, se o seu aproveitamento for menor ou igual a 70% (setenta por cento).

II - A CONTRATANTE poderá adotar as seguintes ações, conforme o conceito obtido pela CONTRATADA no Indicador de Desempenho do Fornecedor por Contratação (IDF-C), nos termos do inciso anterior:

a) Conceito “A”: avaliar a possibilidade de gerar atestado de capacidade técnica;

b) Conceito “B”: notificar a CONTRATADA para correção da(s) falta(s) e/ou realizar reuniões com a CONTRATADA para analisar as causas do baixo desempenho, bem como solicitar que a CONTRATADA elabore proposta de plano de ação corretivo para validação da CONTRATANTE; e

c) Conceito “C”: além das medidas previstas no conceito “B”, avaliar a possibilidade de abertura de processo administrativo punitivo para aplicação das sanções dispostas nos anexos do Edital.

III - A CONTRATANTE poderá adotar as ações previstas na alínea “b” do inciso anterior caso a CONTRATADA obtenha pontuação igual ou abaixo de 90% (noventa por cento) em 1 (uma) avaliação referente ao índice de desempenho do fornecedor por entrega (IDF-E).

IV - A CONTRATANTE poderá adotar as ações previstas na alínea “c” do inciso II deste item 3 caso a CONTRATADA obtenha pontuação igual ou abaixo de 90% (noventa por cento) em 2 (duas) avaliações, consecutivas ou não, referentes ao índice de desempenho do fornecedor por entrega (IDF-E).

V - O disposto neste Anexo não exclui a notificação ou a aplicação de sanções administrativas à CONTRATADA nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 13.994/2001, Lei Estadual nº 14.167/2002 e Decreto Estadual nº 45.902/2012, bem como as dispostas nos anexos do Edital.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Maria da Silva Rezende Moreira, Assessor(a)**, em 16/11/2020, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21753297** e o código CRC **9AB8C092**.

Referência: Processo nº 1400.01.0046363/2020-71

SEI nº 21753297